

# Cristovam lidera grupo e pede CPI para apurar grilagem e invasões

Luis Cláudio Cicci  
de Brasília

A oposição ao Governo do Distrito Federal, 14 meses antes das próximas eleições, faz uma ofensiva contra o inimigo político. Parlamentares e integrantes da equipe que ocupou o Palácio do Buriti entre 1995 e 1998, todos militantes de sete partidos, tentam a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Legislativa (CL/DF) para a apuração de irregularidades na venda, desapropriação e mudança de destinação de áreas em Brasília.

O presidente da câmara, deputado Gim Argello, tem na mão um pedido para a instalação de CPI que serviria para investigar um suposto envolvimento do governador Joaquim Roriz e dos seus auxiliares e sócios em negociatas e grilagem. O documento, uma iniciativa do ex-governador Cristovam Buarque para responder a uma acusação publicada na imprensa, conta com a assinatura de 40 colaboradores diretos do estafe que, até 1998, formaram a Frente Brasília Popular.

“Desde 1999, é rara a semana sem denúncias de irregularidades no trato da questão fundiária contra a atual equipe de governo, coerentemente com o histórico da gestão anterior a 1995”, disse o professor Cristovam Buarque. “Recentemente um dos jornais da cidade, de propriedade, como todos sabem, do governador Roriz, divulgou que um fato do meu tempo de governo teria beneficiado empresários, então pedimos uma investigação que incluía os últimos dez anos.” Argelo prometeu resposta para a próxima terça-feira.

Logo em seguida à entrega do pedido de CPI, outra reunião com o presidente da CL/DF para tratar de mais um ataque. Sob o

comando do deputado federal Agnelo Queiróz (PCdoB/DF), o autor de um pedido de impeachment datado de 16 de julho, parlamentares distritais da oposição apoiaram o afastamento do governador. As justificativas seriam a prática de improbidade administrativa e de falsidade ideológica, crimes relacionados com o perdão de dívida fiscal do Grupo Martins no valor de R\$ 5,8 milhões.

“Vou buscar fundamento, fazer a análise desses dois pleitos com base na Lei Orgânica e no Regimento Interno da Casa”, comentou o presidente da câmara, que é filiado ao mesmo partido político de Roriz, o PMDB, e virtual candidato, pela chapa da situação, ao Senado Federal. “Não vou esquecer dessa minha situação, mas não posso misturar as coisas, vou trabalhar da forma como a lei pede.” Durante a reunião com os opositoristas, Gim Argello prometeu divulgar hoje a decisão sobre o encaminhamento do pedido de impeachment.

No decorrer do mandato de Cristovam Buarque, a proposta para o afastamento do governador também chegou à presidência da Câmara Legislativa. “Se a mesa da minha sala não tivesse sido trocada, os pedidos de impeachment recebidos pela Lúcia Carvalho (atual líder do PT na câmara) e pelo Geraldo Magela (hoje deputado federal) ainda estariam na gaveta”, lembrou Argello, ao dar indícios sobre a decisão que deve tomar. “Os atos da bancada governista são de total subserviência, mas isso está chegando no limite”, comenta Buarque. “Tenho a expectativa de que os deputados vão perceber que a opinião pública está de olho.”